

O MOVIMENTO URBANO NA IDADE MÉDIA: UMA VISÃO GERAL DE SEUS PRINCIPAIS ASPECTOS.

Ao estudarmos o Império Romano sob os Antoninos, notamos logo o desenvolvimento dos centros urbanos nesta época, centros estes cujo florescimento provocava a admiração dos contemporâneos, como bem nos demonstra o elogio de Roma composto pelo retor Élio Aristides. Notamos, também, o florescimento do comércio no mesmo período e, claramente, fazemos então a ligação entre os dois fatos.

Ora, assim sendo, é evidente que o arrefecimento das relações comerciais deveria provocar a decadência das cidades, ainda que acontecimentos de ordem externa, como as invasões bárbaras, por exemplo, não se manifestassem. A crise do III século particularmente no seu aspecto econômico, assinalando a decadência do comércio e do movimento monetário (com a fuga do numérario para o Oriente), constituiu o ponto de partida para a regressão econômica do mundo romano, isto é, para a volta à economia natural, e a consequência automática deste fato deveria ser a decadência das cidades. Assim é que, como bem nota Ferdinand Lot no seu livro *La fin du Monde Antique et le début du Moyen Âge en Occident*, já antes da ocupação do solo do Império pelos povos germânicos os centros urbanos tendiam a ficar completamente subordinados à zona rural de suas proximidades, passando a apoiar-se cada vez mais no campo e na vida agrícola, em lugar de viverem para a indústria e para o comércio. Naturalmente, as invasões bárbaras, acentuando a tendência à regressão econômica, forçaram ainda mais a decadência dos centros urbanos, de tal modo que a própria cidade de Roma, por exemplo, tão importante sob todos os pontos de vista, surgiu, nos primórdios da Idade Média, com sua população reduzidíssima e com quarteirões inteiros abandonados e entregues à ruína. O mesmo fato verificava-se nas outras regiões do Império, apresentando-se sob forma particularmente expressiva na Gália.

Permaneciam, entretanto, os pontos em que tinham existido tais cidades, e é claro que elas próprias deveriam ressurgir, tão logo as condições econômicas o permitissem. E os bispados com sede em tais pontos, ou os burgos necessários à defesa local, contribuíam

para deixar sempre viva a lembrança da importância dos antigos centros urbanos. Contudo, a continuação das invasões, a irrupção de novos povos germânicos, de árabes, de húngaros, e as expedições normandas, que chegaram ao máximo de vigor no século X, o mais negro das *Dark ages* dos ingleses, obrigavam, cada vez mais, cada região a voltar-se para si mesma, a fim de procurar por si os meios de subsistência. Evidentemente, a vida rural era a que devia concentrar as atenções da população obreira, enquanto aos Senhores cabia o encargo da defesa local. O Feudalismo tinha assim uma de suas principais bases, ao mesmo tempo que se tornava difícil o reerguimento das antigas cidades ou o aparecimento de novas.

A partir do fim do século X, porém, foram melhorando as condições de vida na Europa: os normandos fixavam-se, na França, na Itália e na Inglaterra; os árabes já haviam sido detidos no seu ímpeto, expansionista; os húngaros, desde a batalha do Lech, de 955, tendiam a estabilizar-se na região danubiana, onde devêriam constituir uma espécie de cunha entre os eslavos do norte e os do sul. O comércio renascia e, no Mediterrâneo, a Itália surgia como a região mais favorecida pelas condições para a ressurreição do movimento urbano. Veneza, numa excepcional posição no fundo do Adriático, Gênova, Pisa, e as cidades do sul, entre elas Amalfi, interessavam-se cada vez mais pelas trocas comerciais com o Oriente e, enfrentando os árabes, ou atacando-os nos seus próprios territórios (como se vê pela tomada de Bona, efetuada pelos genoveses e pisanos em 1034, e no ataque a Mehdia, em 1087), forçaram a abertura das rotas comerciais com o Oriente, ou seja, com o Império Bizantino. Este mesmo Império constituiu o objetivo comercial dos normandos que, do Báltico, servindo-se dos rios das planícies russas, lançaram novos caminhos comerciais e provocaram o desenvolvimento do Báltico. Daí, o movimento propagou-se para o mar do Norte, ao mesmo tempo que, do Mediterrâneo, através dos Alpes, os comerciantes estabeleciam relações com a Europa Central, mormente com a Baía Renana. Os antigos pontos urbanos assinalados pelos bispados ou pelos burgos tiveram, então, oportunidade para renascer, principiando assim o reflorescimento das cidades. Evidentemente, a indústria ligou-se a este movimento, e as tecelagens do norte da Itália e da região flamenga, a metalurgia no vale do Mosa e a exploração da pedra na região de Tournai dão pleno testemunho das novas tendências da economia medieval. Haithabu, um pouco ao norte de Kiel, Duursted, Quentovic, em Flandres, Londres, na Inglaterra, passam a desenvolver-se, assinalando no norte do continente um movimento paralelo ao que se notava no Mediterrâneo; entre as duas regiões, o cordão comercial do Reno tinha importância cada vez mais acentuada, e cidades como Worms, Colônia e Colônia adquiriram vida cada vez mais ativa.

As Cruzadas, determinando a reabertura completa do Mediterrâneo às atividades comerciais, deveriam assinalar um marco de-

cisivo no desenvolvimento urbano. E ainda aqui verifica-se o acerto das palavras de Ranke, ao dizer que nas Cruzadas cristalizou-se todo o conteúdo da Idade Média, desde as grandes invasões até o Humanismo e as heresias prenunciadoras da Reforma. Isto porque, após tais expedições, foi se acelerando o ritmo do movimento comercial mediterrâneo e europeu, advindo daí uma enorme soma de oportunidades para as cidades ocidentais. A Itália, a Alemanha, a França, com Marselha e Paris, a Espanha, com Barcelona, e a Inglaterra, com Londres e os famosos cinco portos (Hastings, Hythe, Romney, Sandwich e Dover), adquiriram nova vida que permitiu aos centros urbanos a adoção de um papel de extraordinário relevo no panorama medieval. Tomemos, então, as Cruzadas, como base para o estudo das cidades propriamente ditas, nas suas instituições, no seu papel na constituição dos estados modernos, no seu aspecto material e no seu significado cultural.

Organismo que vivia em função do comércio, a cidade medieval exigia, naturalmente, liberdade, para poder manter-se. Ora, a Europa Feudal apresentava-se como um conjunto de relações jurídicas hierarquizadas que determinavam, evidentemente, restrições à liberdade, e nas quais estava integrada a cidade. Devendo obediência e tributos aos Senhores, fossem eles leigos ou eclesiásticos, estavam os cidadãos — oriundos, em grande parte, dos servos fugidos aos domínios — com suas possibilidades restritas, quando não, mesmo, seriamente prejudicados no exercício de suas atividades mercantis. Daí a luta das cidades pela liberdade, luta esta que foi mais aguda contra os Senhores eclesiásticos, mais rígidos (como se pode verificar pelo caso de Laon), do que contra os leigos, que viam no florescimento urbano a oportunidade de participação nos lucros provenientes do comércio. Pouco a pouco, entretanto, seguindo as circunstâncias, as cidades foram adquirindo autonomia. Na França, os reis protegiam-nas para terem nelas apóio contra os Senhores feudais; na Alemanha, as lutas internas, principalmente a das Investiduras, davam-lhes tempo para administrar-se e, até mesmo, para tomar partido nos conflitos, como se vê com Worms, colocando-se ao lado do Imperador Henrique IV; na Itália, a ausência de um monarca italiano que simbolizasse o poder central dava margem ao desenvolvimento de autonomias locais, e as pretensões alemãs — principalmente dos Hohenstaufen — apenas exacerbavam o sentimento de autonomia e davam à burguesia novas forças para a luta, o que nos é demonstrado pelas Ligas Lombardas que se formaram contra Frederico I e Frederico II e que conseguiram obter grandes triunfos, como em Legnano, por exemplo.

Die Stadtluft macht frei, diziam os alemães, e assim era, pelo menos em geral. Isto porque, em certas ocasiões, foram as próprias cidades que oprimiram as populações rurais de seus arredores, ou então, como na Inglaterra, procuraram anular o princípio da concessão de liberdade aos servos nelas abrigados durante um ano

e um dia, entregando os fugitivos aos Senhores antes de atingido este prazo. Em geral, porém, eram as cidades defensoras da liberdade.

A administração urbana coube, a princípio, aos ministeriais, mantendo, portanto, uma origem ligada à aristocracia; só mais tarde o povo conseguiu representação nos conselhos urbanos. Na Itália, devemos notar a existência de lutas sociais no interior das cidades (por exemplo, a revolta dos Ciompi, em Florença), o que deu margem ao estabelecimento de tiranias, no fim da Idade Média. Caminharíamos, assim, da oligarquia (tão bem organizada em Veneza), para as lutas pela democracia (como em Florença), que abririam o campo para as tiranias da época renascentista.

Organismos comerciais, as cidades necessitaram também de um Direito próprio, surgindo assim, pouco a pouco, o *jus mercatorum*, elaborado mormente na Itália.

Quanto às relações entre as cidades, variaram de feição conforme as circunstâncias e as regiões consideradas. Na Itália, além de ligas destinadas à defesa da autonomia, encontramos as rivalidades e guerras, principalmente entre Génova e Veneza, guerras estas motivadas pelo domínio das rotas comerciais com o Oriente. Já na Alemanha, em que as lutas internas e a anarquia do Grande Interregno tornavam a segurança cada vez mais precária, os centros urbanos tenderam sempre à associação, para terem mais força e poderem garantir a ordem necessária ao bom prosseguimento das atividades mercantis. Desde a época de Frederico II de Hohensaufen as cidades do Reno formaram ligas, que foram combatidas pelos nobres e proibidas pela Constituição *In favorem principum*, ao mesmo tempo que surgia, no norte, a famosa Hansa teutônica, que deveria constituir-se numa grande potência durante os últimos séculos da Idade Média.

Do ponto de vista das dimensões, apresentava-se bem modesta a cidade medieval, com apenas alguns centros (Paris, Londres, Veneza), ultrapassando os 100.000 habitantes e com a média de 25.000 habitantes para as grandes cidades alemãs (Estrasburgo, Colônia, Lübeck). Sua extensão era bastante reduzida; a superfície delimitada pelas fortificações não ultrapassava, por exemplo, 200 hectares em Estrasburgo, 180 em Augsburgo e 140 em Nuremberg. Frequentemente, o traçado inicial da cidade era fornecido pelas ruínas dos tempos romanos, como se verifica em Coblentz. Um traço, entretanto, as igualava: a muralha necessária à defesa contra a insegurança dominante. Muralha esta que, por vezes, era ela própria circundada por outra, em virtude do crescimento do centro urbano, o que dividia a cidade em partes que se comunicavam entre si apenas durante o dia, pelas portas das fortificações. Não raro, tal fato dificultava consideravelmente a vida dos habitantes; lembremos, a título de ilustração o caso de Frankfurt-sobre-o-Méno, em

que os clérigos e as parteiras moravam no interior do recinto assinalado pela primeira muralha, não podendo, assim, dispor dêles, durante a noite, os moribundos e as parturientes da parte mais nova da cidade. Sôbre a muralha havia a guarda permanente, o vigia que deveria prevenir os habitantes da aproximação de qualquer perigo. Todos os cidadãos eram obrigados a cooperar, tanto para a construção e manutenção das fortificações, como para a própria luta pela defesa da cidade. Geralmente o plano do centro urbano apoiava-se sôbre uma praça situada no cruzamento de duas ruas, estas freqüentemente orientadas no sentido Norte-Sul e Este-Oeste; tal plano era mais claramente visível nas cidades novas, mormente nas que surgiram na região eslava quando do movimento colonial alemão em direção ao Oriente. Naturalmente, as ruas eram estreitas, porque o espaço era exíguo, e não falemos em higiene, porque era praticamente inexistente; apenas no fim da Idade Média surgiram as instituições de limpeza pública mantidas por algumas cidades. Calçamento e iluminação também só começaram a surgir, muito rudimentarmente, após o século XVI. Aliás, a falta de calçamento é de um adequado sistema de escoamento das águas, em época de chuvas, determinavam a quase impossibilidade de utilização das ruas, a menos que se usassem (como de fato eram usadas em certos locais), as pernas de pau.

Casas construídas quase sempre de madeira punham em perigo a segurança dos habitantes pela facilidade de propagação de incêndios; só em Worms, houve 7 grandes incêndios durante o século XIII, 355 casas foram destruídas em Estrasburgo, pela mesma causa, em 1294, e 600 em Basiléia, em 1298. Casas de pedra, as *Stürhaeuser* dos alemães, eram em pequena quantidade e pertenciam apenas aos cidadãos mais favorecidos pela fortuna.

Geralmente, na praça central estavam os grandes monumentos da cidade: a alfândega, os edifícios de administração pública (*Townhall*, na Inglaterra, *Rathaus*, *Bürgerhof*, *Gemeindehaus*, *Dinghaus*, *Bürgerhaus* ou *Stadthaus*, na Alemanha, *Maison commune* ou *Hôtel de Ville*, na França, *Palazzo publico* ou *Palazzo Comunale*, na Itália), as fontes — objeto de cuidados especiais tanto do ponto de vista da pureza da água como do ponto de vista artístico — e, principalmente, a Catedral. Do século XII em diante, coincidindo com o surto de desenvolvimento urbano, o Gótico expandiu-se e ligou-se à cidade medieval, passando as catedrais góticas a constituir talvez a maior expressão da cultura urbana. Uma particularidade das cidades alemãs do norte era a estátua de Rolando, símbolo da autoridade pública, que noutras partes era representada apenas pelo pelourinho.

Quanto à vida que animava os centros urbanos medievais, façamos apenas remissão ao excelente volume de Valdemar Vedel, *A vida nas cidades*.

A necessidade de defesa, que determinou as ligas de cidades na Alemanha e, por vêzes, na Itália, manifestava-se, de um ou de outro modo, em tôdas as cidades medievais; quando não se tratava de algum perigo externo, tratava-se de interesses comerciais, sociais ou culturais que levava os cidadãos a organizarem-se em instituições que deveriam tornar-se características do movimento urbano, como as Corporações de ofícios e as Universidades. Deixando-se de lado o problema do aparecimento de tais corporações, se eram de origem senhoril, se derivavam ainda dos *collegia* romanos, se surgiram inspiradas pelas associações religiosas, notemos apenas a sua importância para o período de que tratamos. *Amt*, *Zunft*, *Innung* ou *Handwerk*, na Alemanha; *Craft Guild*, *Mistery* ou *Company*, na Inglaterra; *Métier* ou *Jurande*, na França; *Arte*, na Itália; *Grémio*, na Península Ibérica; *Ambacht* ou *Neering*, nos Países Baixos, as associações de trabalhadores surgiram em todo o Ocidente europeu, para preservar a própria armadura social e econômica dos centros urbanos e, também, para garantir a qualidade e controlar a quantidade da produção do artesanato local. O desenvolvimento industrial, mormente no norte da Europa, levou também à fundação de corporações de exportação, que não tardaram a explorar o trabalho dos elementos menos favorecidos das populações urbanas. O espírito de associação fez com que tais elementos se ligassem entre si, originando o germe do sindicato moderno, destinado a proteger os pobres contra os ricos. Daí os movimentos sociais, que acabaram por conduzir à luta aberta que se exteriorizou nas greves, de um lado, e na sua violenta repressão, de outro. A êste respeito, a data de 1245, correspondente à primeira greve medieval, na cidade de Douai, merece especial atenção.

No campo cultural, a tendência à associação levou às Universidades que, partindo de Salerno, Paris e Bolonha, expandiram-se por todo o Ocidente a partir do século XIII.

Pode-se calcular, cremos, pelo que ficou exposto, a importância do desenvolvimento das cidades na Idade Média, importância esta que justifica perfeitamente a expressão "Revolução urbana", empregada por Henri Pirenne. Mas, para concluir, lembremos que tais cidades transportaram consigo os germes da própria dissolução da Idade Média, tendo sido enormemente responsáveis pelas grandes transformações que caracterizaram os séculos XV e XVI.

De fato, nota-se que no ambiente escolar que surgiu nas cidades e cujo ponto máximo foi constituído pelas Universidades, teve lugar a fermentação cultural que levou a Abelardo com o seu *Intelligo ut credam* e a Roger Bacon com o método experimental. Foi na indústria urbana que se verificaram os primeiros conflitos sociais precursores das lutas típicas do mundo moderno. Foi ainda nas cidades que surgiu o capitalismo, que surgiram Jacques Coeur, os Medici, os Fugger, os Welser e outros expoentes das fi-

nanças nos fins da Idade Média. Nos centros urbanos desenvolveu-se o movimento humanista, e não nos esqueçamos de que, pelo nome das cidades seguimos as etapas do Renascimento italiano — Florença, Roma e Veneza — e mesmo do alemão, centralizado em Augsburgo e Nuremberg. Por fim, ainda, no ambiente urbano da Alemanha surgiu a imprensa, numa Universidade Lutero iniciou sua luta contra a Igreja de Roma e pelas cidades do vale do Reno seguimos grande parte do itinerário humanista de Erasmo de Roterdão. Encerrava-se a Idade Média, com a eclosão dos grandes movimentos característicos da mudança dos tempos.

PEDRO MOACYR CAMPOS

Livre-Docente e assistente da Cadeira de História da Civilização Antiga e Medieval (U.S.P.).